



Segundo Diego, intenção é garantir o acesso ao tratamento

Câmara de São Roque aprova projeto de ‘Lei Tirzepatida’

A Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque aprovou por unanimidade o Projeto de Lei nº 66/2026, de autoria do vereador Diego Costa, que cria o Programa Municipal de Atenção Integral à Obesidade e de Apoio ao Tratamento Farmacológico da Obesidade, denominado “Lei Tirzepatida”. A proposta estabelece uma política específica de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pessoas com obesidade na rede pública de saúde. O texto aprovado prevê que o atendimento seja articulado com a Rede Municipal de Saúde e os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação de diferentes profissionais. A intenção é que o tratamento não fique restrito ao controle do peso, mas envolva acompanhamento contínuo e medidas relacionadas às condições de saúde de cada paciente.

Governança Climática define ações em Jundiaí

Jundiaí mantém reuniões do Grupo de Governança Climática para acompanhar possíveis impactos do El Niño e definir ações contra eventos extremos. O grupo reúne secretarias, Fundação Serra do Japi e Defesa Civil. Entre as prioridades estão poda de árvores, desassoreamento, recomposição de taludes e campanhas de orientação. O trabalho reúne medidas para reduzir riscos, preparar a cidade e orientar a população em diferentes cenários climáticos. A iniciativa apoia o planejamento climático.

FOTOS: FOTÓGRAFOS PMJ



O trabalho reúne Secretarias Municipais, Defesa Civil, entre outros.

Obras e segurança são demandas em Sorocaba

A Câmara de Sorocaba aprovou, nesta terça (15), requerimentos sobre medicamentos e insumos para o pré-natal na rede pública, atendimentos de fisioterapia e podologia e revitalização de UBS. Também foram cobradas melhorias em ruas e segurança viária, manutenção de unidades de educação infantil, obras no Parque Natural Ouro Fino, reconstrução do muro do Canil Municipal, coleta seletiva e estudos para jardins de chuva. Os pedidos incluem informações sobre encaminhamento de pacientes e sobre enfermagem.

Lei reserva 1% dos ingressos para o CadÚnico

Sorocaba sancionou a Lei nº 13.590/2026, que reserva 1% dos ingressos de eventos realizados em espaços públicos municipais para pessoas inscritas no CadÚnico. Cada núcleo familiar poderá receber até quatro ingressos, que devem corresponder ao menos ao valor médio dos bilhetes. A regra vale também para eventos particulares em áreas públicas, com multa de 200 UFESPs em caso de descumprimento.

Requerimentos na pauta

A Câmara de Sorocaba aprovou requerimentos sobre medicamentos para o pré-natal, fisioterapia e podologia e melhorias na UBS Vitória Régia. Foram cobradas manutenção de ruas, segurança viária, melhorias em unidades de educação, obras no Parque Natural Ouro Fino, ações no Canil Municipal, coleta seletiva e jardins de chuva!.

Operação Verão

São Roque iniciou nova etapa da Operação Verão, com limpeza de rios e córregos para prevenir enchentes e alagamentos no período de chuvas. A ação entre Defesa Civil e Departamento de Obras começou na região da Rua São Pedro e seguirá pelo Guaçu, com uso de maquinário e serviços de roçada em diferentes pontos do município.

Parque Municipal

São Roque avança na elaboração do Plano de Manejo do Parque Municipal, a Mata da Câmara, com 127,89 hectares de floresta. O documento definirá o zoneamento e diretrizes para preservação, educação ambiental, pesquisa e lazer. A população participa da construção por consultas, entrevistas e oficinas realizadas nesta semana.

Setembro Amarelo

Mairinque realiza em 18 de setembro a Caminhada Setembro Amarelo, após o evento ser adiado por condições climáticas. A concentração será às 9h30, no CAPS, com destino ao Paço Municipal. A atividade integra ações de prevenção ao suicídio e promoção da saúde mental e terá, ao final, palestra oficial com o enfermeiro Fernando Ferraz.

Hospital Regional

A Prefeitura de Itu aprovou um projeto para que viabiliza a captação de até R\$ 6,8 milhões por meio da Lei Federal nº 12.213 de 2010, para a instalação do Hospital Amaral Carvalho de Itu e Região. A iniciativa permite que empresas tributadas com base no lucro real destinem 1% do Imposto de Renda devido para ações voltadas à pessoa idosa.

Salto

Salto realiza nesta quinta (17), às 19h, a 2ª Audiência Pública para elaboração da LOA 2027. O encontro será no Auditório Paulo Freire e terá participação online. A audiência permitirá que moradores apresentem opiniões e sugestões para contribuir com a definição das prioridades do município para 2027, ampliando o diálogo com o Poder Público.



Fachada do prédio do Legislativo em Sorocaba

Projetos sobre saúde e proteção avançam em Sorocaba

Sessão também aprovou medidas sobre educação e amianto

Da Redação

A Câmara de Sorocaba aprovou, nesta terça (15), projetos sobre proteção à infância no ambiente digital, transparência na educação, combate à violência contra mulheres e substituição de telhados de amianto em prédios públicos. Avançaram propostas sobre guardadores de veículos, cultura, turismo e proteção animal durante a 55ª Sessão Ordinária.

Foi aprovada a redação final do PL 260/2026, que cria o Programa Municipal de Proteção à Infância no Ambiente Digital. A iniciativa conscientiza sobre uso seguro da internet, prevenir conteúdos inadequados e fortalecer ações de apoio psicossocial e saúde mental.

Em segunda discussão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica 3/2023 determina a divulgação de informações detalhadas sobre receitas e transferências destinadas à educação, discriminadas por nível de ensino e unidade escolar. Os dados deverão incluir informações sobre alunos e profissionais e ser apresentados periodicamente em audiência pública.

Também avançou o PL 585/2025, que cria sistema municipal de dados sobre

violência contra mulheres e meninas. O sistema reunirá dados sobre violência física, sexual, psicológica e moral, com publicação digital e sigilo das vítimas.

Outro texto aprovado, o PL 623/2025, prevê a substituição de telhados de amianto em prédios públicos. O texto prevê levantamento técnico, cronograma e prioridade para estruturas antigas ou de maior risco. A execução dependerá de recursos e projetos específicos.

Na pauta também foi aprovado o PL nº 52/2026, que proíbe a cobrança ou exigência de pagamento para guardar, reservar vagas, vigiar ou lavar veículos em vias públicas. A proposta prevê multas e apreensão de objetos usados para bloquear espaços. O texto tramita junto a projeto que estabelece regras para guardadores e lavadores autônomos.

Em primeira discussão, avançaram ainda propostas que criam o Dia Municipal da Cultura Flashback e regras para divulgação de informações oficiais em cinemas. Outro projeto proíbe vegetais comprovadamente tóxicas para animais em áreas comuns de condomínios e outros empreendimentos coletivos.